

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**
REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater o alto custo da tarefa de energia elétrica praticado pela CELPA, no Estado do Pará.

Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater o elevado custo da tarifa de energia elétrica praticada pela CELPA, no Estado do Pará.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Grupo CELPA Equatorial;
- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério Público Federal no Pará;
- Ministério Público do Estado do Pará;
- Ordem dos Advogados do Brasil, seccional PA;
- Instituto de Defesa da Cidadania – IDC;
- Procon/PA.

Justificativa

O Pará vive uma das maiores incoerências em termos de energia elétrica que se tem notícia no Brasil. Enquanto o Estado é responsável pela geração de quase 10% de energia hidrelétrica produzida no país, que abastece não apenas a região Norte, mas também exporta energia por meio da integração ao Sistema Interligado Nacional – SIN, sua população paga uma das tarifas mais caras de energia elétrica em todo o Brasil.

Para a indústria, por exemplo, enquanto o Estado do Pará paga R\$ 572,20 por MW/h, a média do país é R\$ 498,28 MW/h (fonte: FIRJAN). A indústria do Estado do Amazonas, que tem características semelhantes ao Pará, paga apenas R\$ 383,83 MW/h. Ou seja, o complexo industrial do Estado do Pará paga 37,8% a mais que a média do país e 49% a mais que a indústria do Amazonas, Estado vizinho. O preço da tarifa ao consumidor final também é significativamente mais elevado que a média nacional de estados vizinhos.

Agravando a situação histórica de possuir uma das tarifas mais elevadas do país, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica do Pará, em um período inferior a um ano, ultrapassa os 40%, sendo que no mesmo período, a inflação registrada foi inferior a 5% - estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Tucuruí, que é a maior hidrelétrica 100% brasileira em operação, tem capacidade instalada de 8.370 MW, o que representa 6,25% da capacidade instalada do país e 9,8% da capacidade instalada de energia hidráulica. No entanto, o Estado do Pará consome apenas 25% da energia gerada pela usina, exportando cerca de 6.200 MW para outros estados. Apesar de exportar essa energia, o Pará não recebe por ela, pois o ICMS é pago no local do consumo e não onde a energia foi gerada.

É importante que seja realizado um amplo debate sobre alternativas para reduzir as tarifas de energia no Pará, assim como vislumbrar possibilidades de compensações que minimizem a distorção atual. Nesse sentido, conto com o apoio dos nobres pares nessa Comissão para aprovar este requerimento.

Sala das Reuniões, 18 de março de 2015.

**Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA**